

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 02 de Março de 2020

Ao
Banco Central do Brasil
Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRUDENCIAIS de 31 de dezembro de 2019

Venho por meio desta, com base na Circular Bacen nº 3.964/19 e Carta Circular Bacen nº 3.981/19, encaminhar para o Banco Central do Brasil – BACEN, as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial Banco Caixa Geral Brasil S.A., referentes a data base de 31 de dezembro de 2019, aprovadas em 02 de março de 2020.

As demonstrações financeiras também foram divulgadas no endereço eletrônico <https://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Informacao-legal/Paginas/Informacao-legal.aspx>

Atenciosamente,



Martin Arranz

Diretor Executivo



Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4

Controller

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 2 de março de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

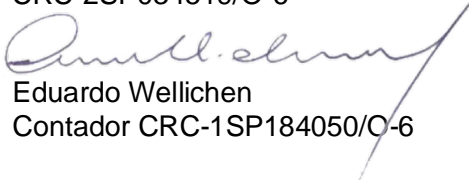


Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and registration number.

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Nota	2019	2018	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2019	2018
Circulante		1.114.082	1.814.501	Circulante		994.407	1.504.881
Disponibilidades	4	2.554	6.039	Depósitos	14.a	326.549	417.785
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	675.959	968.660	Depósitos à vista		7.172	8.627
Aplicações em operações compromissadas		674.999	965.235	Depósitos a prazo		319.377	409.158
Aplicações em depósitos interfinanceiros		960	3.425	Captações no Mercado Aberto	14.b	53.612	66.983
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		187.377	242.289	Carteira própria		53.612	66.983
Carteira própria	6.a	62.319	75.274	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	222.662	148.334
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	1.559	23.832	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		14.004	18.165
Vinculados à prestação de garantias	6.a	88.382	119.540	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		65.182	86.036
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	35.117	23.643	Obrigações por emissão de letras financeiras		143.476	44.133
Relações Interfinanceiras		208	267	Relações Interfinanceiras		31	9
Créditos vinculados		208	265	Recebimentos e pagamentos a liquidar		31	9
Relações com correspondente		-	2	Relações Interdependências		106	120
Operações de Crédito		60.019	120.350	Recursos em trânsito de terceiros		106	120
Operações de crédito		60.019	120.350	Obrigações por Empréstimos e Repasses		328.725	484.394
Setor privado	9.c	82.380	133.040	Empréstimos no exterior	14.e	328.725	484.394
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(22.361)	(12.690)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	5.122	30.517
Outros Créditos		133.917	454.712	Instrumentos financeiros derivativos		5.122	30.517
Créditos por avais e fianças honradas	9(a) e (c)	13.516	12.993	Outras Obrigações		57.600	356.739
Carteira de câmbio	10	128.476	401.329	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16	15
Rendas a receber	12	730	777	Carteira de câmbio	10	26.947	318.637
Diversos	11	12.134	54.729	Sociais e estatutárias		2.457	5.398
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(20.939)	(15.116)	Fiscais e previdenciárias	15.a	19.766	23.770
Outros Valores e Bens		54.048	22.184	Negociação e intermediação de valores		5.110	4.533
Bens não de uso	13	53.502	21.618	Diversas	15.b	3.304	4.386
Despesas antecipadas		546	566				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		335.463	311.557	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		132.349	224.914
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		11.698	11.069	Depósitos	14.a	36.694	40.525
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	11.698	11.069	Depósitos a prazo		36.694	40.525
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		144.402	133.444	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	16.095	136.806
Carteira própria	6.a	4.958	21.829	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		3.107	-
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	47.465	37.627	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		-	2.520
Vinculados à prestação de garantias	6.a	1.803	1.008	Obrigações por emissão de letras financeiras		12.988	134.286
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	90.176	72.980	Obrigações por Empréstimos e Repasses		5.143	7.982
Operações de Crédito		98.420	113.119	Repasses do País - Instituições oficiais	14.d	5.143	7.982
Operações de crédito		98.420	113.119	BNDES		5.143	7.124
Setor privado	9.c	99.205	128.161	Finame		-	858
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(785)	(15.042)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	47.819	25.874
Outros Créditos		80.870	53.925	Instrumentos financeiros derivativos		47.819	25.874
Carteira de câmbio	10	-	6.570	Outras Obrigações		26.598	13.727
Diversos	11	94.048	62.881	Sociais e estatutárias		171	171
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(13.178)	(15.526)	Fiscais e previdenciárias	15.a	16.067	4.998
Outros Valores e Bens		73	-	Diversas	15.b	10.360	8.558
Despesas antecipadas	10	73	-				
Permanente		2.072	2.528	Resultado de Exercícios Futuros		153	372
Investimentos		1	1	Rendas antecipadas		153	372
Outros investimentos	3	3	3	Patrimônio Líquido		324.708	398.419
Provisão para perdas		(2)	(2)	Capital social	18.a	323.728	400.000
Imobilizado de Uso		2.006	2.393	De domiciliados no exterior		323.728	400.000
Outras imobilizações de uso		5.917	5.840	Reserva Legal		1.701	1.332
Depreciações acumuladas		(3.911)	(3.447)	Reserva Especial de lucro		4.105	3.728
Intangível		65	134	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(4.826)	(6.641)
Outros ativos intangíveis		5.162	5.162				
Amortizações acumuladas		(5.097)	(5.028)				
Total do Ativo		1.451.617	2.128.586	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.451.617	2.128.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		54.983	125.594	208.340
Operações de crédito		7.293	17.529	31.052
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		22.275	61.446	89.634
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	15.543	35.672	56.589
Resultado de operações de câmbio		9.872	10.947	31.065
Despesas da Intermediação Financeira		(41.954)	(86.971)	(161.613)
Operações de captações no mercado		(18.440)	(45.491)	(50.712)
Operações de empréstimos e repasses		(21.791)	(42.719)	(85.955)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(1.723)	1.239	(24.946)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		13.029	38.623	46.727
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(16.481)	(39.132)	(22.266)
Receitas de prestação de serviços	21	1.560	3.927	20.015
Despesas de pessoal		(14.468)	(26.907)	(25.988)
Outras despesas administrativas	22	(9.751)	(20.171)	(21.642)
Despesas tributárias	23	(1.260)	(2.812)	(5.717)
Outras receitas operacionais	24	7.438	6.831	11.066
Resultado Operacional		(3.452)	(509)	24.461
Resultado Não Operacional		100	143	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(3.352)	(366)	24.461
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	8.101	7.730	(10.915)
Provisão para imposto de renda		(8.265)	(8.682)	(2.837)
Provisão para contribuição social		(5.106)	(5.364)	(2.426)
Ativo (passivo) fiscal diferido		21.472	21.776	(5.652)
Lucro Líquido dos exercícios/semestre		4.749	7.364	13.546
Lucro Líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		4.749	7.364	10.608
Lucro Líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		-	-	2.938
Lucro por ação no final dos exercícios/semestre (R\$)		5,46	8,47	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução de Capital	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Participação dos Não Controladores	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial				
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	400.000	-	802	14.444	(2.693)	-	70.104	482.657
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(3.948)	-	-	(3.948)
Lucro líquido do exercício atribuído ao Controlador	-	-	-	-	-	10.608	-	10.608
Lucro líquido do exercício atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	-	2.938	2.938
Compra de participação	-	-	-	-	-	-	(56.304)	(56.304)
Destinações:								
Constituição de reservas (nota 18.c)	-	-	530	3.728	-	(4.258)	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(14.444)	-	-	(16.738)	(31.182)
Juros sobre o capital próprio (nota 18.b)	-	-	-	-	-	(6.350)	-	(6.350)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	-	1.332	3.728	(6.641)	-	-	398.419
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	-	1.332	3.728	(6.641)	-	-	398.419
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	1.815	-	-	1.815
Redução de Capital (nota nº 18.a)	(76.272)	-	-	-	-	-	-	(76.272)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.364	-	7.364
Destinações:								
Constituição de reservas (nota 18.c)	-	-	369	4.105	-	(4.474)	-	-
Pagamento de dividendos (nota 18.b)	-	-	-	(3.728)	-	-	-	(3.728)
Juros sobre o capital próprio (nota 18.b)	-	-	-	-	-	(2.890)	-	(2.890)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	323.728	-	1.701	4.105	(4.826)	-	-	324.708
Saldos em 30 de Junho de 2019	400.000	(76.272)	1.463	2.484	(5.426)	-	-	322.249
Redução de Capital (nota nº 18.a)	(76.272)	76.272	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	600	-	-	600
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.749	-	4.749
Destinações:								
Constituição de reservas (nota 18.c)	-	-	238	1.621	-	(1.859)	-	-
Juros sobre o capital próprio (nota 18.b)	-	-	-	-	-	(2.890)	-	(2.890)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	323.728	-	1.701	4.105	(4.826)	-	-	324.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2019		2018
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado nos exercícios/semestre		(22.647)	(21.846)	36.941
Lucro líquido dos exercícios/semestre		4.749	7.364	13.546
Ajustes ao lucro líquido:		(27.396)	(29.210)	23.395
Depreciações e amortizações	22	332	671	783
Amortização de ágio para aquisição participação acionária	22	-	-	351
Baixa ativo permanente		-	(28)	-
Provisão/(Reversão) para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a e b	38	45	(8.169)
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa		120	(4.506)	12.239
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		1.603	3.267	12.707
Provisão para impostos e contribuições diferidos		(711)	(1.015)	5.652
Reversão de provisão para impairment de títulos livres	24.a	(2.188)	(2.188)	(67)
Reversão do Valor Recuperado de Outros Valores e Bens	24.a	(6.270)	(6.270)	(1.301)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.a e b	650	1.784	1.200
Créditos tributários		(20.761)	(20.761)	-
(Reversão) de PLR	24.a	(209)	(209)	-
Variações dos Ativos e Obrigações		74.858	(184.378)	814.561
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(293)	2.796	(14.494)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		27.578	69.537	565.493
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(14.156)	79.536	76.075
(Aumento)/Redução em outros créditos		(33.140)	286.315	(284.060)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(215)	(25.667)	(61)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		141	67	422
(Redução) em depósitos		(48.247)	(95.067)	(57.748)
(Redução) em captação no mercado aberto		(7.957)	(13.371)	(21.032)
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(5.084)	(46.383)	92.857
(Redução)/Aumento em outras obrigações		26.228	(283.414)	256.638
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		130.009	(158.508)	200.543
(Redução) em resultados de exercícios futuros		(6)	(219)	(72)
Fluxo de Caixa Oriundos (aplicados) das Atividades Operacionais		52.211	(206.224)	851.502
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de participação em controlada		-	-	(56.654)
Alienação de imobilizado de uso		(10)	77	-
Aplicações no imobilizado de uso		3	(264)	(376)
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Investimentos		(7)	(187)	(57.030)
Redução de Capital		(76.272)	(76.272)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar		-	-	(6.350)
Juros sobre o capital próprio pago	18.b	-	(6.350)	-
Dividendos pagos	18.b	-	(3.728)	(37.963)
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos		(76.272)	(86.350)	(44.313)
(Redução)/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(24.068)	(292.761)	750.159
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre		702.581	971.274	221.115
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios/semestre	4	678.513	678.513	971.274
(Redução)/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(24.068)	(292.761)	750.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2019
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de valores e Câmbio S.A. (Corretora).

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Lider	Lider
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Conglomerado.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de março de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos do Conglomerado, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita

ou despesa no resultado do exercício.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Conglomerado Prudencial no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

i) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de doze meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

j) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização,

sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k) Bens não de uso próprio

O Conglomerado Prudencial possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos e premissas estabelecidas pela Administração.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (20% até 2018) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

A partir de março de 2020, conforme Emenda Constitucional 103/19, a alíquota da Contribuição Social passará a ser de 20%. Por isto, nosso crédito tributário com vencimentos a partir de março de 2020 já está ajustado com a nova alíquota de 20%.

m) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O conglomerado revisa as estimativas e premissas periodicamente.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	2.554	6.039
Aplicações em operações compromissadas (nota explicativa nº 5)	674.999	965.235
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa nº 5)	960	-
Total	<u>678.513</u>	<u>971.274</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2019</u>			<u>2018</u>			
	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	960	11.698	12.658	-	3.425	11.069	14.494
Aplicações em operações compromissadas	674.999	-	674.999	965.235	-	-	965.235
Total	<u>675.959</u>	<u>11.698</u>	<u>687.657</u>	<u>965.235</u>	<u>3.425</u>	<u>11.069</u>	<u>979.729</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$674.999 (R\$965.235 em 2018), apresentam taxas ao ano de 4,4% (6,37% em 2018).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

	2019		2018	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	59.774	59.774	35.181	35.189
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	35.208	35.669
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	-	-	497	514
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	3.828	3.902
Fundos de Investimento - FICFIM	667	667	-	-
Bonds	8.931	37	8.751	77
Debêntures	65.573	6.799	21.878	21.752
Total de carteira própria	<u>134.945</u>	<u>67.277</u>	<u>105.343</u>	<u>97.103</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	13.066	13.075
Debêntures	53.374	49.024	51.725	48.384
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>53.374</u>	<u>49.024</u>	<u>64.791</u>	<u>61.459</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	65.855	65.855	3.854	3.854
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	95.926	96.188
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	8.507	8.912	5.885	6.000
Fundos de Investimento - FILCB	15.418	15.418	14.506	14.506
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>89.780</u>	<u>90.185</u>	<u>120.171</u>	<u>120.548</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>278.099</u>	<u>206.486</u>	<u>290.305</u>	<u>279.110</u>

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 por classificação e por prazo:

	2019		2018	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 1 a 3 meses	92.263	92.263	3.853	3.853
De 3 a 12 meses	5.936	5.936	-	-
De 1 a 3 anos	27.430	27.430	25.883	25.885
Acima de 3 anos	-	-	9.298	9.305
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	-	-	138.333	139.023
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B				
De 3 a 12 meses	-	-	3.273	3.312
De 1 a 3 anos	2.183	2.324	1.629	1.680
Acima de 3 anos	4.616	4.785	497	514
Total de títulos públicos	<u>132.428</u>	<u>132.738</u>	<u>182.766</u>	<u>183.572</u>
<u>Títulos privados</u>				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
De 1 a 3 anos	-	-	3.828	3.902
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	16.085	16.085	14.506	14.506
Total de títulos privados	<u>16.085</u>	<u>16.085</u>	<u>18.334</u>	<u>18.408</u>
Total de títulos para negociação	<u>148.513</u>	<u>148.823</u>	<u>201.100</u>	<u>201.980</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 3 a 12 meses	-	-	5.869	5.909
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 1 a 3 anos	1.708	1.803	982	1.008
Total de títulos públicos	<u>1.708</u>	<u>1.803</u>	<u>6.851</u>	<u>6.917</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds (***)				
Acima de 3 anos	8.931	37	8.751	77
Debêntures (**)				
De 3 a 12 meses	3.421	3.437	12.473	10.757
De 1 a 3 anos	58.052	52.321	12.805	12.839
Acima de 3 anos	57.474	65	48.325	46.540
Total de títulos privados	<u>127.878</u>	<u>55.860</u>	<u>82.354</u>	<u>70.213</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>129.586</u>	<u>57.663</u>	<u>89.205</u>	<u>77.130</u>
Circulante (****)	151.934	152.260	219.442	218.646
Realizável a longo prazo	126.165	54.226	70.863	60.464
Total de títulos e valores mobiliários	<u>278.099</u>	<u>206.486</u>	<u>290.305</u>	<u>279.110</u>

(*) Em dezembro de 2019, o montante de R\$ 90.185 (R\$120.548 em 2018) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

(**) Em dezembro de 2019, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$60.036 (R\$2.255 em 2018).

(***) Em dezembro de 2019, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$3.113.

(****) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$134.541 (R\$181.184 em 2018) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$55.860 (R\$74.115 em 2018) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$16.085, estão custodiadas junto aos administradores dos fundos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures e dos CRAs emitidos segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos, Banco Caixa Geral Espanha.

Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado Prudencial reconheceu impairment, no montante de R\$ 3.113, calculado com base nas últimas negociações das ações da Companhia, no período de 2 anos.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$8.774 (R\$12.075 em 2018). O impacto no patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial foi de R\$(4.826) (R\$6.641 negativo em 2018), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Prudencial realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2019			2018		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	63.612	59.745	123.357	48.280	47.228	95.508
Swap - diferencial a pagar	(26.411)	(26.167)	(52.578)	(46.711)	(8.668)	(55.379)
Total Swap	37.201	33.578	70.779	1.569	38.560	40.129
NDF - a receber	1.818	118	1.936	1.088	27	1.115
NDF - a pagar	(333)	(30)	(363)	(48)	(70)	(118)
Total NDF	1.485	88	1.573	1.040	(43)	997
Opções - a receber	-	-	-	-	-	-
Opções - a pagar	-	-	-	(896)	2	(894)
Total Opções	-	-	-	(896)	2	(894)
Total	38.686	33.666	72.352	1.713	38.519	40.232

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2019					2018				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	36.142	295.378	58.500	217.587	607.607	38.875	285.264	149.070	372.234	845.443
"Swap" - posição passiva	123.480	8.604	1.991	182.620	316.695	300	432.106	2.645	50.000	485.051
NDF - posição ativa	15.500	2.256	-	-	17.756	10.673	-	-	-	10.673
NDF - posição passiva	7.962	2.580	-	-	10.542	2.816	-	-	-	2.816
Opções – posição ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções – posição passiva	-	-	-	-	-	896	-	-	-	896
Futuros - posição comprada	525.019	68.850	39.180	-	633.049	479.279	142.970	97.070	-	719.319
Futuros - posição vendida	211.166	172.107	112.224	70.786	566.283	135.733	337.154	390.325	100.397	963.609
Total	919.269	549.775	211.895	470.993	2.151.932	668.572	1.197.494	639.110	522.631	3.027.807

c) Composição por indexador

	2019			2018		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	123.357	-	607.607	95.508	-	843.443
CDI x DÓLAR VENDA	-	-	-	14	-	14.681
CDI x IPCA	45.374	-	49.840	25.699	-	49.840
CDI x PRÉ	68.638	-	212.370	67.562	-	369.286
DOLAR VENDA x CDI	360	-	7.000	-	-	-
DOLAR VENDA x LIBOR	-	-	-	357	-	128.547
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	4	-	105.020	-	-	-
DOLAR x LIBOR 6M	-	-	-	1.673	-	152.542
LIBOR x DÓLAR VENDA	2.462	-	128.547	203	-	128.547
LIBOR 3M x CDI	6.519	-	104.830	-	-	-
Posição passiva	-	52.578	316.695	-	(55.379)	487.051
CDI x DÓLAR VENDA	-	209	4.224	-	(7.504)	158.545
DOLAR VENDA X CDI	-	88	5.800	-	-	-
LIBOR 3M x CDI	-	4.045	59.808	-	(1.908)	58.428
PRÉ x CDI	-	885	2.495	-	(995)	6.476
DOLAR VENDA x LIBOR	-	2.059	128.547	-	(144)	58.851
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	135	59.448	-	-	-
IPCA x CDI	-	45.157	56.373	-	(25.366)	54.751
LIBOR 6 x CDI	-	-	-	-	(19.462)	150.000
Total de operações de "swap"	123.357	52.578	924.302	95.508	(55.379)	1.330.494
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	1.936	-	17.756	1.115	-	10.673
Dólar venda	1.936	-	17.756	1.115	-	10.673
Posição passiva	-	363	10.542	-	(118)	2.816
Dólar venda	-	363	10.542	-	(118)	2.816
Total de operações de NDF	1.936	363	28.298	1.115	(118)	13.489
<u>Operações opções</u>						
Posição dólar comprada	-	-	-	-	(894)	896
Total de operações de Opções	-	-	-	-	(894)	896
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	4.142	-	633.049	1.065	-	719.319
DDI	3.072	-	446.474	737	-	688.595
DI1	300	-	-	6	-	-
DOL	605	-	160.393	243	-	4.072
EUR	96	-	18.065	-	-	26.652
IND	69	-	8.117	79	-	-
Posição vendida (*)	-	(917)	566.283	-	(3.709)	963.609
DDI	-	(866)	197.926	-	(2.439)	193.614
DI1	-	(2)	359.373	-	(225)	706.836
DOL	-	(8)	1.207	-	(881)	63.159
EUR	-	-	-	-	(114)	-
IND	-	-	-	-	(50)	-
ISP	-	(41)	7.777	-	-	-
Total de operações de futuros	4.142	(917)	1.199.332	1.065	(3.709)	1.682.928
Total	129.435	52.024	2.151.932	97.688	(60.100)	3.027.807

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2019	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2018
Operações de "swap"	321.078	603.224	924.302	480.353	850.141	1.330.494
Operações de NDF	17.756	10.542	28.298	10.673	2.816	13.489
Opções	-	-	-	896	-	896
Futuros - posição comprada	633.049	-	633.049	719.319	-	719.319
Futuros - posição vendida	566.283	-	566.283	963.609	-	963.609
Total	<u>1.538.166</u>	<u>613.766</u>	<u>2.151.932</u>	<u>2.174.850</u>	<u>852.957</u>	<u>3.027.807</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Conglomerado Prudencial e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2º semestre 2019			Exercício 2019			Exercício 2018		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	206.277	(210.281)	(4.004)	390.829	(377.050)	13.779	282.912	(271.936)	10.976
NDF	9.085	(10.380)	(1.295)	13.503	(15.940)	(2.437)	14.982	(23.227)	(8.245)
Opções	425	(986)	(561)	863	(986)	(123)	2.600	(2.065)	535
Futuros	<u>288.290</u>	<u>(266.887)</u>	<u>21.403</u>	<u>609.275</u>	<u>(584.822)</u>	<u>24.453</u>	<u>973.484</u>	<u>(920.161)</u>	<u>53.323</u>
Total	<u>504.077</u>	<u>(488.534)</u>	<u>15.543</u>	<u>1.014.470</u>	<u>(978.798)</u>	<u>35.672</u>	<u>1.273.978</u>	<u>(1.217.389)</u>	<u>56.589</u>

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem a seguinte composição:

	2019	2018
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Financeira do Tesouro – LFT	65.855	3.854
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	96.188
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8.912	6.000
Fundo de Investimento - FILCB	15.418	14.506
Total	<u>90.185</u>	<u>120.548</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$35.062 (R\$ 18.550 em 2018) e vencimentos que variam de fevereiro de 2020 a agosto de 2020 (janeiro de 2019 a outubro de 2019 em 2018), e visam proteger o Conglomerado Prudencial das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 2019, é de R\$ 34.850 (R\$ 18.763 em 2018) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 168 (despesa de R\$ 82 em 2018).

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado Prudencial aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Conglomerado Prudencial.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Conglomerado Prudencial adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2019, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Conglomerado Prudencial estava exposto era de R\$2.548 (R\$1.566 em 2018).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado Prudencial possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado Prudencial visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Conglomerado Prudencial. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Conglomerado Prudencial julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado Prudencial definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado Prudencial possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado Prudencial utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Capital de giro	99.827	136.013
Financiamento à exportação	76.541	117.195
Financiamento – BNDES	5.217	7.135
Financiamento - Finame	-	858
Total de operações de crédito	<u>181.585</u>	<u>261.201</u>
Confissão de dívida (nota 11)	26.356	25.056
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota nº 10)	99.346	86.327
Créditos para avais e fianças honrados	<u>13.516</u>	<u>12.993</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u><u>320.803</u></u>	<u><u>385.577</u></u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.146)	(27.652)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(33.989)</u>	<u>(30.722)</u>
Total da provisão	<u><u>(57.135)</u></u>	<u><u>(58.374)</u></u>
Circulante	202.198	226.364
Realizável a longo prazo	118.605	159.213

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado Prudencial constituiu uma provisão para comissão a receber de fianças, no montante de R\$ 128, registrado na rubrica “provisão para outros créditos de liquidação duvidosa”.

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2019	2018
Setor Privado:		
Indústria	50.644	248.381
Comércio	177.388	38.188
Rural	73.054	13.939
Outros	19.717	85.069
Total	<u>320.803</u>	<u>385.577</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2019					2018	
	Vencido	A vencer				Total	Total
		31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	2.724	-	32.892	13.097	51.114	99.827	136.013
Financiamento à exportação	21.030	-	12.039	-	43.472	76.541	117.195
Financiamento - BNDES	598	-	-	-	4.619	5.217	7.135
Financiamento - Finame	-	-	-	-	-	-	858
Confissão de dívida (nota nº 11)	-	-	-	-	26.356	26.356	25.056
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC (nota nº 10)	-	48.788	33.147	17.411	-	99.346	86.327
Créditos para avais e fiança honrados	13.516	-	-	-	-	13.516	12.993
Total	<u>37.868</u>	<u>48.788</u>	<u>78.078</u>	<u>30.508</u>	<u>125.561</u>	<u>320.803</u>	<u>385.577</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2019				2018			
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencido	Curso Normal	Provisão	Provisão Prudencial
AA	-	-	153	-	-	-	613	-	-
A	0,50%	-	44.148	221	-	-	95.494	477	276
B	1,00%	598	128.969	1.296	-	-	123.689	1.237	-
C	3,00%	-	47.997	1.440	2.171	-	56.310	1.689	2.324
E	30,00%	21.030	28.984	15.004	7.124	14.322	48.380	18.811	4.916
F	50,00%	-	32.684	16.342	-	-	31.052	15.526	-
G	70,00%	13.516	-	9.461	1.352	12.993	-	9.095	1.299
H	100,00%	2.724	-	2.724	-	2.724	-	2.724	-
Total		<u>37.868</u>	<u>282.935</u>	<u>46.488</u>	<u>10.647</u>	<u>30.039</u>	<u>355.538</u>	<u>49.559</u>	<u>8.815</u>

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início	(55.412)	(58.374)	(33.428)
Provisão constituída	(3.900)	(26.265)	(45.059)
Reversão de provisão	2.177	27.504	20.113
Saldo ao final	<u>(57.135)</u>	<u>(57.135)</u>	<u>(58.374)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo através do recebimento de duas séries de debêntures, cujo valor presente é R\$55.304. Para essas debêntures foram constituídas provisões para a sua totalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram renegociadas 12 (7 em 2018) operações de crédito, no montante total de R\$70.898 (R\$ 44.172 em 2018).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2019	2018
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	97.252	365.517
Direitos sobre venda de câmbio	27.523	40.099
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota nº 9.a)	3.701	2.283
Total	<u>128.476</u>	<u>407.899</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	26.778	40.099
Obrigações por compras de câmbio	95.814	362.500
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota nº 9.a)	(95.813)	(84.044)
Marcação a mercado do adiantamento sobre contrato de câmbio (nota nº 9.a)	168	82
Total	<u>26.947</u>	<u>318.637</u>

A carteira de câmbio, em 31 de dezembro de 2019, possui prazo médio de até 06 meses (12 meses em 2018).

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Confissão de dívida (nota 9.a)	26.356	25.056
Crédito tributário de IR e CSLL (nota nº 17.b)	70.792	51.377
Impostos e contribuições a compensar	2.827	8.285
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	5.407	32.555
Outros	800	337
Total	<u>106.182</u>	<u>117.610</u>
Circulante	12.134	54.729
Realizável a longo prazo	94.048	62.881

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	408	432
Outras rendas a receber (*)	322	345
Total	<u>730</u>	<u>777</u>
Circulante	730	777

(*) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

13. OUTROS VALORES E BENS – BENS NÃO DE USO

<u>Imóvel - Localização</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>		
	<u>Principal</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	27.888	27.888	(6.270)	21.618
Umirim - CE	5.109	5.109	-	-	-
Cascavel - CE	7.413	7.413	-	-	-
Aquiraz - CE	13.092	13.092	-	-	-
Total	<u>53.502</u>	<u>53.502</u>	<u>27.888</u>	<u>(6.270)</u>	<u>21.618</u>

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e no mês de maio de 2019.

No segundo semestre de 2019, houve reversão de provisão constituída para o imóvel recebido em dação de pagamento, no montante de R\$6.270, devido ao encerramento do contrato de opção de compra que a Empresa tinha com o BCG Brasil, e que não foi exercido por ela. A partir deste momento, o Conglomerado Prudencial pôde iniciar os esforços de venda do imóvel.

14. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2019	2018
Depósitos à vista	7.172	8.627
Depósitos a prazo	356.071	449.683
De 1 a 90 dias	102.180	57.041
De 91 até 360 dias	217.197	352.117
A vencer após 360 dias	36.694	40.525
Total de depósitos	<u>363.243</u>	<u>458.310</u>
Circulante	326.549	417.785
Exigível a longo prazo	36.694	40.525

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$352.383 (R\$445.038 em 2018), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 113% (de 95% a 113% em 2018). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$3.688 (R\$4.645 em 2018), apresentam taxas ao ano que variam de 7,07% a 11,28% (7,19% a 17,04% em 2018).

b) Captações no mercado aberto

	2019		2018
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letras do Tesouro Nacional- LTN	-	-	13.000
Debêntures	53.612	53.612	53.983
Total de captações no mercado aberto	<u>53.612</u>	<u>53.612</u>	<u>66.983</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$238.757 (R\$284.875 em 2018) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 88% a 114,5% (90% a 114,5% em 2018). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$265, em 2018, apresentam taxas ao ano de 14,7% em 2018.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$5.143 (R\$7.124, em 2018), com prazo de vencimento de 2022 a 2023, e operações de Finame, no montante de R\$858 em 2018, com prazo de vencimento em 2022.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2019		2018		
	Moeda	Reais	USD	Reais	
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	81.006	326.460	125.031	484.394
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	500	2.265	-	-
Total			328.725		484.394

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19.b.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	14.046	741
Impostos e contribuições a recolher	1.834	7.199
Impostos e contribuições diferidos (nota nº 17.c)	19.953	20.828
Total	35.833	28.768
Circulante	19.766	23.770
Exigível a longo prazo	16.067	4.998

b) Diversas

	2019	2018
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.103	2.058
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	4.334	3.975
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a e b)	3.427	2.525
Provisão para despesas de pessoal	2.826	2.853
Outras	974	1.533
Total	13.664	12.944
Circulante	3.304	4.386
Exigível a longo prazo	10.360	8.558

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$198.886 (R\$260.303 em 2018) (nota 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.103 (R\$2.058 em 2018), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2019		2018	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	71.070	-	131.635	-
A	0,50%	67.627	338	66.497	332
B	1,00%	2.015	20	6.974	70
C	3,00%	58.174	1.745	55.197	1.656
Total		198.886	2.103	260.303	2.058

16. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Conglomerado Prudencial é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio, deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, no montante total de R\$2.922 (R\$2.864 em 2018), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

O Conglomerado Prudencial também está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

Descrição	2019		2018	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	4.334	4.334	3.975	3.975
Subtotal	4.334	4.334	3.975	3.975
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	-	-	2.616
PIS/COFINS Desmutualização(iii)	-	-	-	25.030
Subtotal	-	-	-	27.646
Contingências Cíveis: (b)	-	115	-	109
Contingências trabalhistas: (a)				
Recursos trabalhistas	3.427	958	2.525	825
Subtotal	3.427	1.073	2.525	934
Total	7.761	5.407	6.500	32.555

- (i) O Conglomerado Prudencial está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2019, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto, foi constituída

provisão no montante de R\$ 4.334 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003.

- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. Até setembro de 2018, o Conglomerado Prudencial deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Em abril de 2019, foi recebido o valor de R\$ 2.645. Estavam depositados no Banco do Brasil S.A., o montante de R\$2.616 em 2018). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
- (iii) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questionava a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.

- b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	3.397	6.278	9.675
Constituição (nota nº 24.b)	578	2.520	3.098
Reversão (nota nº 24.a)	-	(1.898)	(1.898)
Pagamento	-	(4.375)	(4.375)
Saldo em 31/12/2018	3.975	2.525	6.500

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	3.975	2.525	6.500
Constituição (nota nº 24.b)	359	1.564	1.923
Reversão (nota nº 24.a)	-	(139)	(139)
Pagamento (*)	-	(523)	(523)
Saldo em 31/12/2019	4.334	3.427	7.761

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Conglomerado Prudencial encerrou 2 processos trabalhista (2 em 2018), através de acordo, no montante de R\$ 523 (R\$ 1.379 em 2018).

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é o seguinte:

2019						
Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis	-	-	-	-	3.427
Possíveis	8.102	4.334	201	-	3.269	-
Remotas	-	-	13	-	484	-
Total	8.102	4.334	214	-	7.180	3.427
Quantidade	8		7		11	

2018						
Perdas	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis	-	-	-	-	2.525
Possíveis	7.471	3.975	3.414	-	3.338	-
Remotas	3.397	-	3.377	-	6.737	-
Total	10.868	3.975	6.791	-	12.600	2.525
Quantidade	9		18		16	

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	(3.352)	(366)	24.461
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (25% e 20% em 2018)	1.341	146	(11.007)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	6.674	6.701	(234)
Despesas com gratificações e benefícios	(429)	(454)	(215)
Juros sobre o capital próprio	1.156	1.156	2.857
Ajuste MTMDDI e DI	(6)	(10)	(134)
Provisões para Contingência fiscal e Trabalhista	-	-	2.325
Reversão de Provisões para Contingência Trabalhista	4	96	-
Diferença alíquota CSLL	-	-	(4.433)
Crédito tributário constituído/revertido (*)	5.710	5.710	-
Ágio	-	-	(158)
Outros	239	203	(476)
Prej Fiscal e base Neg utilizada (30% do lucro)	86	379	326
Reversão de passivo fiscal diferido	-	504	-
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos exercícios/semestre	8.101	7.730	(10.915)

(*) Conforme Lei 13.169/15, a alíquota da Contribuição Social em 2019 foi de 15%. Até 31 de dezembro de 2018, a alíquota era de 20%. E a partir março de 2020, a alíquota será novamente de 20% conforme Emenda Constitucional 103/19.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado Prudencial mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$70.792 (R\$51.377 em 2018), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.195	28.295
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	823
Provisão para outros valores e bens imóveis	-	2.508
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.021	9.153
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.194	5.539
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	171	227
Provisão para contingências fiscais	1.951	1.590
Provisão para contingências trabalhistas	1.306	704
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	2.530
Outros	8	8
Total	<u>70.792</u>	<u>51.377</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	2019	2018
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.213)	(15.724)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(246)	(106)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos (a)	(4.494)	(4.998)
Total de obrigações diferidas	<u>(19.953)</u>	<u>(20.828)</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a Corretora possui passivos diferidos de R\$ 4.494 (R\$ 4.998 em 2018), incidentes sobre o valor recebido de R\$ 10.065, retido em uma conta escrow que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados para a Corretora.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Constituição / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.295	25.900	54.195
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	823	123	946
Provisão para outros valores e bens imóveis	2.508	(2.508)	-
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	9.153	(1.132)	8.021
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	5.539	(1.345)	4.194
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	227	(56)	171
Provisão para contingências fiscais	1.590	361	1.951
Provisão para contingências trabalhistas	704	602	1.306
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.530	(2.530)	-
Outros	8	-	8
Total	51.377	19.415	70.792
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.724)	511	(15.213)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(106)	(140)	(246)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.998)	504	(4.494)
Saldo de obrigações diferidas	(20.828)	875	(19.953)

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Constituição / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.944	2.351	28.295
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.602	(3.779)	823
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	(899)	2.508
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	17.256	(8.103)	9.153
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.017	1.522	5.539
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	880	(653)	227
Provisão para contingências fiscais	1.359	231	1.590
Provisão para contingências trabalhistas	155	549	704
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	4.872	(2.342)	2.530
Outros	8	-	8
Total	62.500	(11.123)	51.377
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(22.717)	6.993	(15.724)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.814)	1.708	(106)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.998)	-	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	(29.529)	8.701	(20.828)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem

compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado Prudencial:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	(19.738)	(194)	(4.850)	(1.416)	(44.594)	(70.792)
Obrigações diferidas	(19.953)			-	-	(19.953)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$66.947 e R\$19.063 (R\$47.811 e R\$19.460 em 2018), respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 (1.073.170 em 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728 (R\$400.000 em 2018).

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 07 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 76.272, com consequente cancelamento de 203.849 ações ordinárias nominativas.

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a redução de capital para R\$323.728.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 3.728, referente ao exercício de 2018.

Em fevereiro de 2019, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 6.350, R\$ 5.398, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$ 952.

No exercício de 2019, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de 2.890, R\$ 2.456, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$ 434.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Conforme estatuto social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram constituídas reserva legal de R\$ 369 (R\$ 530 em 2018) e reserva de lucros de R\$ 4.105 (R\$3.728 em 2018).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi pago aos Administradores o montante de R\$3.241 (R\$3.147 em 2018), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado Prudencial incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Grau de relação	2019		2018	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	1.008	-	2.903	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	4	-	54	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(8)	-	(87)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	-	(280)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York (nota nº 14.e)	Ligada	-	-	-	2.284
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 14.e)	Controladora	(328.725)	(12.617)	(484.394)	(7.245)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino		-	-	-	7
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	-	-	23
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	1.038	-	934

O Conglomerado Prudencial assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2019, com vigência até 18 de dezembro de 2020.

20. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de

Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019 (8,625% em 2018).

a) Índice da Basileia

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Risco de crédito – PEPR	50.739	59.306
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	13.737	8.862
Risco Operacional - POPR	12.603	15.338
Patrimônio de referência exigido - PRE	77.079	77.864
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	324.816	395.927
Índice da Basileia (*)	33,71%	43,86%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2019 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,62% (0,60% em 2018).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão assim representadas:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	-	181	12.781
Rendas garantias prestadas	1.501	3.420	7.185
Outras	59	326	49
Total	<u>1.560</u>	<u>3.927</u>	<u>20.015</u>

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão assim representadas:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.311	8.701	8.419
Aluguel	1.773	3.609	3.193
Serviços técnicos especializados	945	1.975	3.189
Depreciação e amortização	332	782	783
Ágio aquisição participação acionária	-	-	351
Serviços do sistema financeiro	772	1.493	1.701
Viagens	122	302	297
Publicações	48	123	276
Seguros	219	498	423
Manutenção e conservação de bens	117	261	293
Comunicação	246	581	625
Vigilância e segurança	191	383	367
Serviço de terceiros	166	361	297
Transportes	36	75	74
Água, energia e gás	91	177	145
Outras	382	850	1.209
Total	<u>9.751</u>	<u>20.171</u>	<u>21.642</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão representadas por:

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	1.070	2.270	3.877
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	3	25	699
Despesas de contribuição ao PIS	174	369	573
Outras	13	148	568
Total	<u>1.260</u>	<u>2.812</u>	<u>5.717</u>

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação créditos baixados c/prejuízo-Debêntures	55.304	55.304	2.288
Recuperação de encargos e despesas	107	548	72
Varição monetária ativa	117	313	243
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 16.b)	139	139	1.898
Reversão de provisões operacionais	-	-	1.301
Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures	2.188	2.188	67
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	48	60	8.508
Reversão provisão PLR	209	209	-
Reversão provisão bens não de uso	6.270	6.270	-
Outros	1	124	170
Total	64.383	65.155	14.547

b) Outras despesas operacionais

	2019		2018
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 16.b)	(789)	(1.923)	(3.098)
Despesas Disponibilidade ME	(684)	(684)	-
Perda com desvalorização de títulos livres-debêntures	(55.304)	(55.304)	-
Provisão sobre comissão de fiança	-	(128)	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(86)	(105)	(339)
Multas e juros	-	-	(8)
Outras despesas	(82)	(180)	(36)
Total	(56.945)	(58.324)	(3.481)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.438	6.831	11.066

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Conglomerado Prudencial por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2019	2018
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº 15.b)	198.886	260.303

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Conglomerado Prudencial passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Conglomerado Prudencial como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de contribuição é de R\$277 (R\$127 em 2018) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Conglomerado Prudencial possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2018). E o período de cobertura se estende até julho de 2020. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Conglomerado Prudencial possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possui essa modalidade de acordo.